

Análise da Formatação Estrutural do Livro dos Espíritos

Parte 3 – Das Leis Morais

Os capítulos ao longo da parte terceira de O Livro dos Espíritos parece-nos sugerir uma organização segundo momentos históricos dispostos de acordo com a evolução perceptiva do homem. O avanço dos capítulos vai conduzindo o leitor ao longo de uma jornada que inicia nas leis existenciais mais básicas, revelando aquilo que primeiro se interpõe aos olhos humanos, por ocasião de seu primeiro contato com o deslumbramento da existência (Capítulos I - Da lei divina, e II - Da lei da adoração). Segue seu curso pelas necessidades de manutenção da própria vida e clamor pela melhoria das condições (Capítulos III – Da lei do trabalho, IV – Da lei da reprodução e V – Da lei da conservação). Durante a labuta e no processo de fixação de suas idéias acerca do certo e errado, do que deve ser mantido ou destruído (Capítulos V – Da lei da conservação e VI – Da lei da destruição), vai construindo ditames sociais para que todos estejam diante de um pacto de convivência (Capítulo VII – Da lei da sociedade). Os primeiros ensaios e coleta de resultados vão subsidiando o aprimoramento dos modelos, submetendo todos à marcha incessante do progresso (Capítulo VIII – Da lei do progresso). Em determinado ponto, as sociedades organizadas percebem que as regras devem ser dirigidas a todos e não apenas aos outros, sob pena de, em momentos de crise, a nação antes dominadora precisar se submeter às humilhações que antes perpetrava. Surgem ditames da justiça social (Capítulos IX – Da lei da igualdade, X – Da lei da liberdade e XI – Da lei da justiça, do amor e de caridade), que, paulatinamente, vão passando da retórica à prática, da mera formalidade à concretude, até que esferas mais altas possam ser alçadas (Capítulo XII – Da perfeição moral).

Na oportunidade de discorrer sobre os capítulos, ainda que de forma sintética, sentimos plenamente sua marcha, que leva do básico ao sofisticado, do grosseiro ao sutil, da expiação à regeneração, tudo em grande harmonia, pois, ao construir o modelo novo, jamais podemos olvidar das experiências iniciais ou das leis mais básicas que regem o funcionamento das coisas.

Capítulos I e II – Da Lei Divina e Natural / Da Lei da Adoração – A parte terceira de O Livro dos Espíritos inicia abordando as leis de submissão geral, posto que, como leis naturais, representam um conjunto contra o qual todo o esforço de rebeldia esvai-se pela inutilidade. O homem, no início de sua experiência terrena, entra em contato com os caracteres do planeta e vai aprendendo que há ditames contra os quais não poderá lutar (a gravidade, o curso do dia e da noite), sendo atitude mais inteligente

usá-los a seu favor. Diante da imensidão que o circunda, compreende que algo maior existe, algo por hora fantástico e mágico, experimenta a adoração e a vida contemplativa, que lhe permite guarnecer o arcabouço mínimo necessário para o ensaio dos próximos passos de sua jornada.

Capítulo III – Da Lei do Trabalho – Percebendo que possui capacidade criativa e detém permissão para manipular o que lhe circunda, o homem empreende os primeiros movimentos articulados em busca de um acréscimo de conforto e prevenção contra agressões. Nota que, através do trabalho, angaria resultados e experiências valiosas, que vão se somando e permitindo novas incursões pelo mundo do conhecimento. Através do trabalho, passa a desfrutar melhor do mundo e suas leis, obtendo novo status enquanto ser vivo.

Capítulo IV – Da Lei de Reprodução – A preservação da espécie, através da reprodução, permite a continuidade dos esforços humanos no mundo material, com o aproveitamento dos resultados de gerações anteriores no aprimoramento da atual.

Capítulo V e VI - Da Lei de Conservação / Destruição - No instinto de sobrevivência e preservação, depara-se com a necessidade de conservação e destruição, bem como suas conseqüências, vislumbrando as formas adequadas e inadequadas de interferência construtiva e destrutiva. Tal como em relação aos deuses da Mitologia Hindu (Brahma – Criação / Shiva – Destruição / Vishnu – Manutenção), o homem vai experimentando, diante da necessidade de mudança, a validade dos meios, que exigem certa dose de destruição, criação e manutenção, especialmente em relação aos seus valores morais, que seguem o curso da evolução imprescindível.

Capítulo VII – Da Lei de Sociedade – Em certa época, surge a necessidade de um pacto para a convivência (Contrato Social de Rosseau ligado à Teoria da Obediência). Através das Leis em Sociedade, o homem visa parametrizar relações e comportamentos, em busca do melhor, que, segundo seu grau de compreensão, restringir-se-á a si próprio, abraçará certo grupo ou toda a coletividade. A idéia de monarquia, oligarquia e democracia vai se desenvolvendo e permeando as relações, fazendo o homem experimentar as conseqüências de cada modelo.

Capítulo VIII – Da Lei do Progresso – A experiência insurge dos meios até então tentados e o progresso se faz sentir como lei inabalável. A busca pelo melhor permeia tanto a sociedade quanto a individualidade. Todos os elementos disponíveis são manipulados pela cozinheira da experiência, gerando novos compostos que, por sua vez, servem de matéria prima para a próxima etapa. É o resultado de um processo como início de outro, respaldando a lei do movimento como invulnerável a qualquer tentativa de contenção.

Capítulo IX, X e XI – Da Lei de Igualdade / Liberdade / Justiça, Amor e Caridade

– Se traduzimos “justiça, amor e caridade” como fraternidade, temos espelhada a tríade que simbolizou o momento histórico propiciador ao surgimento do Espiritismo. Liberdade, Igualdade e Fraternidade, como bandeira da Revolução Francesa (1789), que não acontecia apenas na França, pois traduzia uma percepção já vislumbrada em alguns pontos do planeta, é, enquanto ideal a ser alcançado, a busca por uma nova era (fim da jornada onde o “Homem é o lobo do homem” - Tomás Hobbes). O surgimento do Espiritismo vem a colaborar, no campo doutrinário e filosófico, com a implantação de ideais que objetivam o término da fase de expiação. Desde o século XVIII, o mundo, impulsionado pela necessidade crescente de liberdade, igualdade e fraternidade, faz refletir em suas regras sociais, gerações de direitos cada vez mais ligadas ao amor:

- Direitos de 1a Geração: Liberdade e Igualdade Formal (todos iguais perante a Lei) – garantia de abstenção do poder dominante sobre a liberdade dos indivíduos, onde o Estado constituído não pode mais decidir a vida e a morte de seus cidadãos sem motivo determinante, nem atentar contra a igualdade formal mediante a implementação de castas privilegiadas.

- Direitos de 2a Geração: Surgem obrigações para o poder dominante na promoção de ações positivas em benefício dos cidadãos. Diferentemente da 1a geração, onde a igualdade está apenas na forma e na abstenção, nesta segunda fase, o Estado organizado já precisa promover meios para que essa igualdade seja sentida. Através de saúde, educação, trabalho, previdência e outros direitos sociais a serem distribuídos a todos, a igualdade começa a ganhar concretude na sociedade.

- Direitos de 3a Geração: Não só os direitos de cada um, como também os coletivos e difusos (que não atingem especificamente a uma pessoa e sim à coletividade), passam a merecer proteção. Surge, no seio da sociedade, consciência com relação à necessidade de proteger bens coletivos, tais como a natureza e as instituições que promovem o bem estar social. Surge a idéia de solidariedade das gerações em relação a quais os bens e direitos se pretenderá deixar para o futuro.

- Direitos de 4a Geração: Concentram as necessidades inerentes à fraternidade e ao auxílio além da própria vontade do Estado organizado. A necessidade do poder constituído promover condições para que os cidadãos exercitem a fraternidade em consonância com os ditames da justiça social.

Nosso tempo está concentrado em dar concretude aos direitos de 2a e 3a geração, tirando-os do ambiente programático e levando-os a efeito, de forma a que sejam sentidos por toda a sociedade. Essa jornada, até que estabeleçamos em nosso

planeta uma maioria efetivamente comprometida com a positivação e eficácia da liberdade, igualdade e fraternidade, parece estabelecer o limite entre as eras da expiação e regeneração. Vemos que aqui se encerra o âmbito das leis morais ditadas no Livro dos Espíritos, pois é até aqui que conseguimos enxergar, enquanto civilização pertencente ao atual patamar evolutivo.

Isto nos faz crer que uma nova era Espírita deverá surgir quando passarmos a enxergar com os olhos da regeneração. O surgimento de uma época baseada em princípios que, por hora, sequer vislumbramos. Nesse diapasão, encontram-se as diversas declarações da espiritualidade superior no sentido de que nosso vocabulário, nossa experiência e nossos sentidos são inadequados a penetrar verdades que jamais compreenderíamos na aridez de nosso momento atual.

Ajudando-nos a completar a jornada até a regeneração, o Espiritismo trazido pela doutrina codificada por Kardec já terá realizado com louvor o seu papel de Consolador.

Capítulo XII – Da Perfeição Moral – A necessidade do autoconhecimento e dos caracteres do homem de bem revelados neste último capítulo da parte terceira, nos remete ao ponto máximo da jornada evolutiva a que esta época nos permite conceitualmente alcançar. Neste ponto encerra-se o conteúdo de nosso principal livro doutrinário, sem nos retirar a esperança de que, ao concluirmos esta missão, algo mais será revelado.

Texto elaborado por Marcos Góes